

# GENEALOGIA DE UM SILÊNCIO: RESISTÊNCIAS E PÓS-MODERNIDADE

## GENEALOGY OF SILENCE: RESISTANCE AND POSTMODERNITY

Davis Moreira Alvim<sup>1</sup>

Izabel Rizzi Mação<sup>2</sup>

**Resumo:** Propõe-se uma genealogia do debate sobre a pós-modernidade do ponto vista das resistências, com enfoque nas perspectivas de Jean-François Lyotard, Jürgen Habermas e Fredric Jameson. Em que medida os debates sobre a condição pós-moderna silenciaram o problema das resistências? Como é possível compreender a pós-modernidade, relacionando-a às lutas e resistências do contemporâneo? São as perguntas que se busca responder especialmente a partir das ideias de Michael Hardt e Antonio Negri, apontando as resistências como forças *a priori*, capazes de transformações ativas.

**Palavras-chave:** Resistência. Pós-modernidade. Genealogia

**Abstract:** This paper proposes a genealogy of the discussion on postmodernity from the point of view of resistances, focusing on perspectives of Jean-François Lyotard, Jürgen Habermas and Fredric Jameson. How far do the discussions on the postmodern condition silenced the problem of resistance? How it is possible to understand postmodernity and relate it to the struggles and resistances of the contemporary? These are the questions we seek to answer especially based on the ideas of Michael Hardt and Antonio Negri., pointing to the resistance as previous forces, capable of active transformations.

**Keywords:** resistance; postmodernity; genealogy.

\* \* \*

Após uma visita à Documenta<sup>3</sup> na cidade de Kassel, no verão de 1982, Andreas Huyssen saiu do Fridericianum, museu que abrigava a exposição, se sentindo como quem acaba de visitar um simulacro caracterizado por um “ecletismo fácil combinado com amnésia estética e delírios de grandeza”<sup>4</sup>. Apesar da crítica ácida à exposição, não se limitou a ridicularizar a arte pós-moderna, sugerindo também que a rejeição cega ao pós-modernismo pode ofuscar seu potencial crítico<sup>5</sup>. Sua contribuição mais original ao debate sobre a estética e a política na pós-modernidade consiste na tentativa de redefinir as possibilidades da crítica em termos pós-modernos, a saber: a dimensão crítica do pós-

---

<sup>1</sup> Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). E-mail: davis.alvim@ifes.edu.br

<sup>2</sup> Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: lebazi.r@hotmail.com

<sup>3</sup> A cada cinco anos, em Kassel, na Alemanha, acontece a Documenta, uma das maiores exposições de arte contemporânea e arte moderna da Europa. Cf. < <http://www.documenta.de> > Acesso: 27 ago. 2016.

<sup>4</sup> HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 19.

<sup>5</sup> HUYSEN, 1991. p. 21.

modernismo está justamente em seu radical questionamento dos pressupostos que ligaram o modernismo à modernização. Se a “aventura da modernidade”<sup>6</sup> – conforme identificou Marshall Berman – terminou em achatamento de perspectiva e em hino à fábrica, Huysen reconhece que as teorias pós-modernas localizaram, apropriadamente, a ligação entre as várias formas de modernismo crítico e os propósitos da modernização capitalista e comunista. Ao menos uma lição valiosa surge das ideias de Huysen: é preciso reconhecer o potencial resistente dos primeiros movimentos da pós-modernidade, em especial sua crítica ao modernismo burocrático.

Huysen sugere uma datação: os anos 70 – década em que se inicia, com Jean-François Lyotard, a discussão filosófica sobre a pós-modernidade – são marcados por um pós-modernismo que “abandona qualquer reivindicação crítica, transgressão ou negação do *status quo*”<sup>7</sup>. Potencial crítico que, por sua vez, existia nos anos 60, nos países ditos desenvolvidos, em especial nos EUA, onde a crítica se dava em termos não-vanguardistas, não-modernistas e em forma de uma cultura da confrontação que enfrentava agressivamente o modernismo, não como um todo, mas principalmente em sua versão domesticada dos anos 50.

A preocupação de Huysen em relacionar resistência e pós-modernidade é uma exceção. O debate sobre o pós-moderno encerrou um incômodo silêncio sobre o problema das resistências. Hoje um vetor importante do debate filosófico diagnostica a emergência de um novo poder soberano, que faz do “estado de emergência [algo] permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico)”<sup>8</sup> e do campo de concentração um paradigma de governo: viveríamos uma perigosa zona de indiferença entre absolutismo e democracia, entre Auschwitz e Guantánamo. Antes mesmo do “tom apocalíptico”<sup>9</sup> que marca os debates sobre o estado de exceção, reinaugurados por Giorgio Agamben, a contenda sobre o fim da modernidade já havia preparado o terreno para os diagnósticos que enxergam nossa atualidade como um produto da vitória do efêmero e da banalidade sobre a potência crítica e contestatória existente na modernidade<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. p. 26.

<sup>7</sup> HUYSEN, 1991., p. 31.

<sup>8</sup> AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 13.

<sup>9</sup> Cf. HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Commonweath*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009. p. 3-10.

<sup>10</sup> Cf. JAMESON, Fredric. *Modernidade singular: ensaio sobre a ontologia do presente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 9-23. No decorrer deste ensaio recuperamos, aos poucos, a polissemia dos conceitos.

Com os debates sobre a condição pós-moderna, estava inaugurada uma tendência de apreender o momento contemporâneo pela lógica do poder, uma vez que as resistências mais expressivas teriam arrefecido. Por exemplo, para alguns a transição do moderno ao pós-moderno está associada a novas modulações econômicas, especialmente aquela expressa no colapso do sistema fordista-keynesiano, situação que gera um ambiente de “mudança, fluidez e incerteza”<sup>11</sup>, empreendendo um forte movimento de mercantilização da diferença e da alteridade<sup>12</sup>. Para outros, na sociedade dos consumidores, não há mais separação entre os produtos a serem escolhidos e aqueles que os escolhem, já que tal fronteira foi no mínimo embaçada, para não dizer eliminada<sup>13</sup>. Em todos os casos, as resistências parecem estar submetidas ao silêncio ou colocadas em segundo plano – *o mundo aparece nomeadamente sob o prisma das relações de poder*.

\*

Uma breve genealogia da noção de “pós-modernidade” pode nos dizer algo sobre as possibilidades e dificuldades das resistências em nossa época, por isso, propomos um mapeamento da discussão, abordando algumas de suas principais interpretações e buscando suas ressonâncias para o problema das resistências. Segundo o exaustivo levantamento feito por Perry Anderson, o termo *postmodernismo* foi empregado pela primeira vez no mundo hispânico, na década de 1930, por Federico de Onís e designava um refluxo poético conservador dentro do próprio modernismo. Cerca de vinte anos depois, a mesma expressão foi retomada na monumental obra do historiador britânico Arnold Toynbee, *Study of History*. Toynbee chamou de “Idade Pós-moderna” o período iniciado com a guerra franco-prussiana, quando as classes médias dominantes na modernidade teriam perdido sua posição de mando, ameaçadas pela ascensão de uma classe operária industrial e pelo convite de sucessivas *intelligentsias* fora do Ocidente a dominar os segredos da modernidade e a utilizá-los contra o próprio mundo ocidental<sup>14</sup>. Essa gênese é significativa, pois indica, desde os primórdios, duas formas distintas de compreensão do pós-moderno que irão perdurar

---

<sup>11</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992. p. 119.

<sup>12</sup> HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 77.

<sup>13</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: transformação das pessoas em mercadorias*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008. p. 20.

<sup>14</sup> Cf. ANDERSON, Perry. *As origens da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

durante o debate que se sucederá. No primeiro caso, a pós-modernidade é vista como “categoria estética”, no segundo, inaugura-se a conotação de “época histórica”, embora em boa parte das bibliografias posteriores a sugestão de que algo próximo a um movimento resistente possa ser a pedra angular da pós-modernidade, feita por Toynbee, tenha sido deixada de lado.

Ainda segundo Anderson, outras tantas origens podem ser localizadas para o termo “pós-modernidade”. Poderíamos remontar à carta escrita no verão de 1951 por Charles Olson – quando o poeta descreve como “mundo pós-moderno” o período histórico posterior aos grandes Descobrimentos e à Revolução Industrial – ou à utilização do termo conforme aparece no ambiente da esquerda nova-iorquina com Wright Mills e Irving Howe, indicando a época em que os ideais modernos do liberalismo e do socialismo haviam falido e apontado, além disso, o divórcio entre a razão e a liberdade. Podemos citar também a pioneira Revista de Literatura e Cultura Pós-moderna, o periódico *boundary 2*, na qual o termo ganhou difusão por meio de colaboradores como Ihab Hassan; ou ainda o debate arquitetônico suscitado por Robert Venturi e seus colegas, Denise S. Brown e Steven Izenour, expresso em *Learning From Las Vegas*, um ataque ao modernismo em nome da imaginação popular e da arquitetura como decoração da construção. Esse movimento foi intensificado por Charles Jencks, um dos primeiros arquitetos a utilizar a expressão “pós-moderno” em *Language of Post-modern Architecture*, obra que, apesar de manter algumas divergências com Venturi, denunciou de forma análoga o extremado elitismo do modernismo e anunciou as tentativas da arquitetura pós-moderna de superá-lo.

\*

*A condição pós-moderna* de Jean-François Lyotard, publicada em 1979, marca a primeira apreensão propriamente filosófica do termo. Diretamente ligada ao aparecimento de uma sociedade pós-industrial, o pós-moderno aparece aqui como momento em que o saber se tornou a principal força econômica de produção<sup>15</sup>. A sociedade é entendida como uma rede de comunicações linguísticas ou uma multiplicidade agonística geral de jogos de linguagem; trata-se de uma “atomização” do social que, aos poucos, caminha em direção a redes de linguagem mais flexíveis. A

---

<sup>15</sup> LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006. p. 4.

ciência tornou-se apenas mais uma das peças desse jogo e já não pode reivindicar nenhum privilégio sobre as outras formas de conhecimento, como acontecia na modernidade. Simplificando, a condição pós-moderna seria a incredulidade em relação aos metarrelatos<sup>16</sup>, desarticulados por uma dupla evolução imanente das ciências que, por um lado, pluralizara seus argumentos e paradoxos e, por outro, impulsiona uma espécie de tecnização da prova, na qual os comandos do capital e do Estado reduziram a ideia de “Verdade” ao desempenho, quando é considerado verdade apenas aquilo que funciona.

Na condição pós-moderna, a ciência é colocada a serviço dos mecanismos de poder e encontra sua legitimação na eficácia. Por exemplo, em relação ao ensino, Lyotard sinaliza para um contexto de mercantilização do saber, quando os grandes relatos de legitimação deixam de ser pertinentes. A questão apresentada aos estudantes não é mais “isto é verdadeiro?”, mas: para que serve isso?”, questão que pode ser traduzida também por “isto é vendável?” ou “isto é eficaz?”<sup>17</sup>. Por meio da nova palavra de ordem – a interdisciplinaridade – e do estímulo ao trabalho em grupo, procura-se aumentar a eficiência, a competência e a produção do saber, estimular *brain storms* e a imaginação<sup>18</sup>. Na máxima de Lyotard, “sede operatórios”, para participar desse jogo que não se realiza sem algum terror<sup>19</sup>.

Na outra extremidade do debate, Habermas tentou demonstrar que o modernismo não poderia ser plenamente culpado pela lógica comercial da modernização capitalista. Segundo o filósofo, a modernidade possui duas vertentes. A primeira diferencia de forma inédita ciência, moralidade e arte, consideradas esferas autônomas, ou seja, planos que não estão mais fundidos em uma religião revelada; a segunda vertente é constituída por uma espécie de liberação desses mesmos elementos no fluxo subjetivo da vida cotidiana, enriquecendo-a. Foi esse último programa que perdeu sua orientação e se dissipou na condição pós-moderna. O diagnóstico de Habermas é o de que a modernidade é um projeto inacabado, atravancado por alguns de seus próprios equívocos e por uma lista de conservadores que vai de Michel Foucault a Robert Venturi<sup>20</sup>. Em *Arquitetura Moderna e Pós-moderna*, conferência proferida em

---

<sup>16</sup> LYOTARD, 2006. p. xvi.

<sup>17</sup> Ibid., p. 92-94.

<sup>18</sup> Ibid., p. 88-98.

<sup>19</sup> Ibid., p. xvii

<sup>20</sup> HABERMAS, Jürgen. Modernidade: um Projeto Inacabado. In: ARANTES, O. & ARANTES, P. (orgs). *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 99-123.

Monique no ano de 1981, Habermas retornou mais detidamente ao tema, buscando reencontrar a face real da arquitetura moderna que, segundo ele, havia sido apreendida de forma equivocada pelos seus críticos, que a reduziram à configuração monstruosa assumida pelas cidades europeias do pós-guerra. Segundo o autor, a arquitetura moderna é uma das mais legítimas herdeiras da tradição iluminista e racional, a única que “brotou do espírito das vanguardas” e foi suficientemente forte para “se tornar clássica e fundar uma tradição que desde o início ultrapassava as fronteiras nacionais”<sup>21</sup>. Depois das guerras mundiais, o projeto ficou indefeso diante das pressões da reconstrução capitalista, que o levou às desoladas paisagens urbanas pelas quais, mais tarde, seria culpado. Habermas admite a responsabilidade do modernismo em sua própria decadência, uma vez que o mesmo abandonou suas origens e entregou-se à ausência de contradições entre o “mundo da vida” formado e os imperativos do dinheiro e do poder. Esses equívocos abriram as portas aos burocratas e corporadores que financiaram e estimularam de bom grado o funcionalismo moderno. Porém, não foi apenas na lógica especulativa do capitalismo pós-guerra, com seus escritórios e arranha-céus, que Habermas buscou a falha do projeto moderno, mas também na utopia das formas de vida preconcebidas, que subestimavam a diversidade e a variabilidade das sociedades modernas, com suas interdependências funcionais que ultrapassavam as possibilidades de cálculo do projetista<sup>22</sup>.

A análise de Habermas da derrocada do projeto arquitetônico moderno termina lamentando o fim do seu “momento feliz”, quando se uniam livremente o viés estético do construtivismo e as finalidades do funcionalismo estrito. O pós-moderno, por outro lado – em uma brevíssima genealogia do texto – é um movimento que embaralha a modernidade em “citações irônicas” sob a luz do néon. Confusão que tem como principal responsável o arquiteto e “artista pop” Venturi, que, ao invés de adotar uma postura crítica, opta por seguir “movimentos escapistas”<sup>23</sup>. É esse também o caso dos neo-historicistas ou da exposição Bienal de Veneza de 1980, que promovem uma nova separação entre forma e função. Seriam, portanto, forças da “veneração da banalidade”<sup>24</sup> que teriam interrompido o potencial moderno.

---

<sup>21</sup> HABERMAS, Jürgen. *Arquitetura moderna e pós-moderna*. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n° 18, setembro de 1987. p. 118.

<sup>22</sup> HABERMAS, 1986. p. 122.

<sup>23</sup> HABERMAS, 1986. p. 117.

<sup>24</sup> *Ibidp.*, 117, 118, 125.

Afastando-se das ofensas mútuas que marcaram o debate entre Lyotard e Habermas, Fredric Jameson indicou a intrigante relação entre pós-modernidade e sociedade de consumo. Jameson foi incisivo no emprego do conceito enquanto período histórico, com a função precisamente de correlacionar a vida cultural com a emergência de uma nova ordem econômica e social: o capitalismo tardio. Sua análise não abandona o universo artístico e as questões estilísticas, pois os indícios do pós-moderno estão por toda parte: na reação ao modernismo e ao seu predomínio burocrático e canonizado nas universidades, nos museus, nas galerias e nas fundações, na dissolução das fronteiras que separam cultura erudita e cultura popular, na fascinação pós-moderna com o universo dos motéis baratos, os filmes “B” de Hollywood e os livros de bolso e, de certa forma, na teoria contemporânea, que pratica cada vez mais um tipo de escrita que é ao mesmo tempo todas e nenhuma das disciplinas clássicas da modernidade.

São dois os principais traços da pós-modernidade para Jameson: o pastiche e a esquizofrenia. O pastiche não é uma paródia. Esta última estava ligada a um momento (a modernidade) em que havia claramente uma norma linguística e um grande estilo a serem parodiados. O pastiche é a “paródia sem seu senso de humor”<sup>25</sup>. Neutro, sem motivações ocultas ou impulso satírico, lacunar, ele é fruto de um contexto em que a fragmentação social atingiu um nível tal que cada grupo passa a falar sua própria linguagem, cada profissão desenvolve seus códigos privados e, por fim, cada indivíduo passa “a ser uma espécie de ilha linguística”<sup>26</sup>. Jameson observou que a morte da paródia está intimamente ligada a outro indício importante da pós-modernidade, a morte do sujeito. Para os efeitos desse ensaio não interessa mapear com detalhes os diversos posicionamentos sobre o tema da dessubjetivação, mas apenas constatar a questão colocada: está esgotada a experiência e a ideologia do *Eu* singular? Se a hipótese for verdadeira, isso quer dizer que a experiência da criação na pós-modernidade necessariamente terá que enfrentar a questão da extinção dos universos individuais e, portanto, da ausência um estilo para expressá-los. O pastiche aparece quando a imitação estilística não é mais possível e só resta a imitação de estilos mortos. É o sintoma da incapacidade contemporânea de lidar com o presente, assim como de uma sociedade que perde sua capacidade de se relacionar racionalmente com o tempo e a história.

---

<sup>25</sup> JAMESON, Fredric. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, n.º 12, p. 16-26, junho de 1985. p. 18.

<sup>26</sup> *Ibid.*

O segundo traço da pós-modernidade é sua configuração temporal esquizofrênica. Não que os artistas pós-modernos sejam esquizofrênicos ou que exista uma patologia coletiva, mas de recorrer à teoria da esquizofrenia lacaniana para apreender um sintoma fundamental da pós-modernidade: a incapacidade de vivenciar a experiência temporal cronológica, dividida claramente em passado, presente e futuro, vivenciando-se, ao contrário, uma espécie de *presente perpétuo*. A experiência temporal do esquizofrênico lhe é furtada justamente pela dificuldade em lidar com a linguagem e com a organização cronológica que a mesma proporciona. O sentimento de identidade pessoal depende justamente de uma sensação da persistência do *Eu* ou de *Mim* através do tempo. Em outras palavras, a construção do ser identitário depende de um reconhecimento de que, ainda que o referido *Eu* acumule experiência ou se transforme com o decorrer da experiência temporal, se trata de uma mesma identidade. É justamente esse modelo de vivência do tempo que o esquizofrênico não experimenta. Por outro lado, ele vivencia com mais intensidade e nitidez o instante do que aqueles que estão empenhados em apreender o presente como um ponto de passagem entre uma trajetória passada e um projeto futuro. O mundo surge diante do esquizofrênico em alta intensidade e contendo uma sobrecarga afetiva que é tão atraente quanto aterrorizante. A experiência pós-moderna é esquizofrênica na medida em que vive de imagens que, por sua vez, remetem a outras imagens num ciclo de significantes que pairam no ar, ao mesmo tempo estáticos e supersônicos, como se todo significado tivesse simplesmente evaporado.

Estamos diante do fim do poderio contestatório e subversivo da modernidade, agora plenamente institucionalizado e, principalmente, à emergência de uma nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo<sup>27</sup>. Os meios de comunicação contemporâneos são o instrumento dessa espécie de amnésia histórica pois, com sua saturação informacional, retém a todos numa sensação de presente ininterrupto. Em *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*, Jameson reafirma a hipótese da *perda da historicidade* ou *surdez histórica* como característica fundamental do pós-modernismo, embora ela por si só não seja indício infalível da presença do pós-moderno<sup>28</sup>. Reconhece assim a teoria do pós-moderno como:

---

<sup>27</sup> JAMESON, 1985. p. 26.

<sup>28</sup> JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2004. p. 14.



(...) um esforço de medir a temperatura de uma época sem os instrumentos e em uma situação em que nem mesmo estamos certos de que existe algo com a coerência histórica de uma época, ou *Zeitgeist*, ou “sistema”, ou “situação coerente”<sup>29</sup>.

Discutindo as variações da ideia de “fim da arte” e “fim da história”, Jameson apresenta o momento pós-moderno como um grande movimento de *desdiferenciação* que avança no sentido de mesclar economia e cultura e, no mesmo sentido, expande o mercado para os campos da política e da vida cotidiana<sup>30</sup>. Teríamos, assim, o engendramento de uma sociedade do espetáculo ou da imagem. Essa é uma hipótese importante para Jameson e aparece em diferentes momentos de sua obra. Ou seja, na pós-modernidade, a própria cultura se transformou em objeto, sendo incorporada pelo mercado e, assim, transformando-se em um produto como outro qualquer. Conceitos como “fetichismo da mercadoria” de Marx ou “indústria cultural” de Adorno e Horkheimer seriam assim tão atuais quanto fotos em preto e branco ou seriados de televisão dos anos 50<sup>31</sup>. Ainda mais terrível, a pós-modernidade opera uma espécie de colonização da realidade por formas visuais e espaciais, além de uma mercantilização dessa mesma realidade, que agora assumiu proporções globais. Para Jameson, Francis Fukuyama é seu exemplo máximo, pois sua ideia de um “fim da história” expressa justamente um bloqueio da imaginação histórica, fruto de uma dificuldade generalizada de imaginar qualquer forma de resistência ao sistema capitalista globalizado.

\*

Diante destas breves indicações poderíamos apontar alguns traços básicos do debate. Primeiro, ao menos desde a década de 1960, estaríamos vivendo um momento novo da história, que segundo Lyotard é marcado por uma ruptura epistemológica, segundo Habermas uma barragem da completude do projeto moderno e, enfim, com Jameson, uma nova modulação do capitalismo. Um traço comum aos autores é o de que as novas formas de arte e pensamento do período em questão têm dificuldade em apontar e vivenciar mecanismos de resistência. Crise dos metarrelatos, crise da racionalidade, nova fase do capitalismo: não nos parece exagero dizer que paira um

---

<sup>29</sup> JAMESON, 2004, p. 15.

<sup>30</sup> JAMESON, Fredric. “Fim da arte” ou “fim da história”? In: \_\_\_\_\_. *A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 73-92.

<sup>31</sup> JAMESON, 2004, p. 14-15.

silêncio sobre as possibilidades de resistência entre os principais representantes da discussão sobre o pós-moderno.

Não fomos exaustivos em nossa genealogia, mas podemos sugerir que, se o debate caminhou na direção de um gradual e apropriado reconhecimento dos novos mecanismos de poder que governam nossos tempos, encerra também certo silêncio sobre o papel das resistências, não raro identificando a modernidade como lócus privilegiado de uma potência contestatória, revolucionária e crítica e, por outro lado, indicando a pós-modernidade como estilo ou época nos quais impera certa falência das resistências. Ao indicar que os anos 60 comportam um pós-modernismo crítico, apenas Huyssen captou um sintoma importante da oscilação pós-moderna: seu movimento contestatório inicial e, em seguida, o rápido movimento de apreensão de suas resistências nos anos 70. Como se a pós-modernidade tivesse percorrido, em velocidade supersônica, o mesmo movimento que a modernidade demorou séculos para concluir; ou seja, aquele movimento que vai do potencial crítico e criativo inicial à captura tardia pela lógica mercadológica.

Quando se trata de compreender o período pós-moderno, o ambiente dos anos 70 e 80 talvez torne a discussão nebulosa em relação às resistências. Isso sugere um desdobramento polêmico: aclimatados no final dos anos 70 e início dos anos 80, os filósofos chegaram ao pós-moderno tarde demais para apreender seus mecanismos de resistência. Precisamos quebrar o silêncio e recolocar o problema apropriadamente. Para tanto, dois movimentos são necessários: 1) demonstrar que o próprio deslocamento do moderno ao pós-moderno não pode ser apreendido sem levar em conta uma poderosa força resistente e 2), aceitar o desafio de colocar o problema das resistências em termos propriamente pós-modernos. Se estivermos corretos, somos instigados a reconhecer um ofuscamento explicativo no que diz respeito às causas das transformações pós-modernas.

\*

No limiar do século XX, Michael Hardt e Antônio Negri parecem fazer coro à crítica corrosiva ao tempo presente. Em concordância com Huyssen, os autores sugerem que as diversas teorias pós-modernistas e pós-coloniais têm em comum a tentativa inicial de libertar-se das formas passadas de domínio, voltando-se contra a influência do modernismo. No entanto suas suspeitas vão além quando sugerem que tais teorias

possam acabar num beco sem saída, caso não reconheçam adequadamente o objeto da crítica contemporânea e perguntam:

E se esses críticos estiverem tão empenhados em combater os remanescentes de uma forma passada de dominação que não reconhecem a nova forma que surge diante deles no presente? E se os poderes dominantes, que são alvo visado pela crítica, tiverem mudado a ponto de despotencializar essas disputas pós-modernistas? Em resumo, e se um novo paradigma de poder, uma soberania pós-moderna, tiver substituído o paradigma moderno e estiver exercendo seu domínio por meio de hierarquias diferenciais, de subjetividades híbridas e fragmentárias que essas teorias celebram?<sup>32</sup>.

Ou seja, os teóricos pós-modernistas, defensores de uma política da diferença, fluidez e hibridismo que desafia os binarismos e essencialismos do poder moderno, correm o sério risco de estarem atacando bastiões evacuados pelos poderes capitalistas e, ainda pior, é possível que esses mesmos poderes tenham “dado a volta” para alcançar a retaguarda, unindo-se ao ataque ao modernismo. O capitalismo retomou muitos aspectos das críticas que contra ele se levantaram nos anos 60 e 70 e os incorporou em um contra-ataque reativo: mais autonomia, criatividade, liberdade, crítica da hierarquia rígida, da burocracia, da alienação nas relações e no trabalho; é o próprio repertório de reivindicações de maio de 68 que parece ter sido incorporado pelas novas sociedades de controle.

Mas o que caracteriza exatamente as teorias da pós-modernidade? Para Hardt e Negri seu ponto convergente é o combate ao modernismo que enxerga o mundo por meio de oposições binárias, como o Eu e o Outro, o dentro e o fora, o dominador e o dominado. Assim, o pós-modernismo desafia o colonialismo, o patriarcalismo, o sexismo e o racismo, alimentando-se de hibridismos e ambivalências culturais. Politicamente, reivindica-se o legado das lutas de libertação contemporâneas: movimentos de libertação nacional, movimentos feministas e antirracistas que também se colocam contra as lógicas binárias modernas. Se o moderno é o campo de poder do branco, do macho e do europeu, então a pós-modernidade seria o campo da libertação do não-branco, do não-macho e do não-europeu. Os pós-modernos pretendem incorporar os valores e as vozes das minorias, dos explorados e dos oprimidos. São contra fronteiras fixas, denunciam as culturas como formações parciais, locais e híbridas, recusam a dominação completa das estruturas, enfocam a interpretação e o

---

<sup>32</sup> HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 156.

discurso como armas contra rigidez institucional, valorizam a diferença e recusam as teorias que constroem totalidades sociais rígidas<sup>33</sup>.

Porém, não é coincidência que muitos conceitos pós-modernistas e pós-colonialistas encontrem certa correspondência na lógica atual do capital corporativo e do mercado mundial. Circulação, mobilidade, flexibilidade, diversidade e mistura são condições que tornam possível o desenvolvimento do novo capital, uma vez que o comércio se aproveita das diferenças e ataca com violência as fronteiras fixas, tanto territoriais quanto identitárias: “toda diferença é uma oportunidade!”<sup>34</sup>. A perda da historicidade, característica fundamental da subjetividade pós-moderna, como já havia detectado Jameson, torna-se agora um elemento fundamental de um novo poder supranacional. Hardt e Negri observam que a proclamada decadência do Estado-nação não quer dizer que a soberania enquanto tal esteja em declínio e que, ao contrário, ela adotou uma nova configuração, organizada em torno de uma lógica ou regra única, que é agora *imperial*<sup>35</sup>. Isso significa que o imperialismo moderno acabou e que, nas últimas décadas, nenhum país ocupa a posição que as nações europeias ocuparam. O imperialismo, realidade moderna, está sendo cada vez mais substituído pela dominação imperial, máquina de comando mais adequada ao contexto pós-moderno e sua captura do *comum* (*common*). Por comum Hardt e Negri nomeiam não apenas os bens já dados pelo mundo material, como o ar, a água ou os frutos do solo, mas principalmente os resultados da produção social necessários à interação e a produção, tais como conhecimentos, linguagens, informações, afetos, imagens, entre outros<sup>36</sup>.

Ao sugerir tal reconfiguração das relações de mando global Hardt e Negri não parecem diferir significativamente do debate sobre a pós-modernidade. Porém, a novidade de suas ideias está em convocar as resistências como elemento explicativo: a dinâmica das transformações mundiais que varreram o planeta nas últimas décadas do século XX e que ressoam no começo de nosso século não pode ser compreendida simplesmente como uma reforma impulsionada pelo próprio capital, pois a construção do Império é uma resposta reativa às diversas lutas movidas pelo desejo de libertação e internacionalização da multidão contra o maquinário do poder.

Por exemplo, sabemos que o compromisso social-democrata promovido pelo Estado de bem-estar social (ou seja, aquele Estado providencial que busca garantir

---

<sup>33</sup> HARDT; NEGRI, 2005, p. 170.

<sup>34</sup> HARDT; NEGRI, 2005, p. 117.

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> HARDT; NEGRI, 2009.

padrões mínimos de educação, saúde, habitação e seguridade social aos cidadãos) multiplica acordos multilaterais entre patrões, sindicatos e Estado, refletindo, por um lado, uma conquista das lutas operárias, mas construindo, por outro, uma captura que visa regular suas resistências mais radicais. Os mecanismos de controle advindos do *Welfare Estate* logo se tornam ineficazes para conter os novos fluxos de resistência micropolíticos que desacreditam o papel representativo e regulador do Estado e suas instituições. Emergem uma série de lutas heterogêneas contra o machismo, o racismo, a destruição da natureza e a LGBTQfobia, conflitos que escorrem por fora das instituições representativas estabelecidas. Eles desertam não apenas em relação ao modelo keynesiano assumido pelos governos capitalistas, mas também não se sentem à vontade ao lado das grandes instituições opositoras, especialmente os sindicatos, excessivamente apoiadas nos assalariados, nos homens, nos partidos e em certos aspectos da doutrina socialista.

Em meados da década de 1970 aparecem alguns conflitos sociais, aparentemente desconexos, que debilitam as instituições sociais do capitalismo: as lutas das minorias negras e LGBTQs contra a discriminação nos EUA, as ações contra a ditadura e a hegemonia norte-americana na América latina e na África ou os conflitos do maio de 1968 francês e o verão de 1969 na Itália. As resistências se prolongam ainda em movimentos pós-socialistas que já não se contentam em tentar corrigir as injustiças cometidas pelos poderes ao distribuírem os lugares e as funções. Nos movimentos das mulheres, por exemplo, depois de uma fase de afirmação da igualdade, aparecem novas práticas de multiplicação das identidades mutantes, uma espécie de constituição de “mil sexos” moleculares: lésbicas, transexuais, travestis, mulheres negras, entre outros<sup>37</sup>. Aos poucos as resistências desertam também os modelos da guerrilha, buscando a construção de um projeto mais plural e democrático. Certamente tais fluxos não deixam de encontrar novas capturas, já que ao longo da década de 1980 a empresa e o marketing logo emergem como instituições prontas para captar os fluxos de criatividade desertores e as inspirações mais inovadoras das décadas de 1960 e 1970. No contexto neoliberal, a empresa comparece como multiplicadora de mundos, contudo, trata-se de mundos banais e vazios de toda singularidade, quando a liberdade é exercida para escolher dentro de um campo já instituído e concebido.

---

<sup>37</sup> Cf. ALTAMIRA, César. *Os marxismos do novo século*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 e LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

O “desejo de desterritorialização da multidão é o motor que impele todo o processo de desenvolvimento capitalista, e o capital precisa constantemente contê-lo”<sup>38</sup>. O Império tornou-se um poder fluidificado ou em rede apenas porque, antes dele, as formas de resistência migraram para essa dinâmica rizomática. Poderíamos dizer, com Guattari, que a lógica imperial implica em “um falso nomadismo que na realidade nos deixa no mesmo lugar”<sup>39</sup>, mas não devemos esquecer que seu funcionamento reativo se alimenta justamente do potencial crítico e resistente nascido nas lutas na condição pós-moderna. Assim, os movimentos de “resistência” e captura não podem ser confundidos sob o risco de aniquilar sua vitalidade criativa. Porém, não se trata tampouco de retomar a celebração pura e simples dos elementos pós-modernos originais – aplicando assim à condição pós-moderna a mesma análise que Habermas destinou à modernidade – uma vez que, nessa perspectiva, as contestações, rebeliões, protestos e resistências que afrontaram os poderes modernos, ainda que posteriormente absorvidas, foram bem-sucedidas precisamente na medida em que localizaram as capturas do capital.

\*

De maneira reativa, o poder assumiu o formato de uma trama de multiplicidades conectivas e heterogêneas, de rupturas a-significantes, tornou-se descentrado e agora se movimenta intercambiando territorialização e desterritorialização. Não teria sido justamente esse movimento conservador de incorporação do potencial crítico dos anos 60 que Habermas e Jameson, e talvez mesmo Lyotard, teriam tomado pela pós-modernidade? Se a resposta for afirmativa, não há dúvidas de que isso torna ininteligível o movimento criativo e combativo das resistências que levaram à falência tanto o imperialismo como as sociedades disciplinares, conforme diagnosticadas por Michel Foucault<sup>40</sup>. A (re)configuração imperial e rizomática é um passo à frente, reativo e niilista, em relação aos velhos arranjos imperialistas e disciplinares. Mutações que, no entanto, se torna incompreensíveis sem um movimento ativo e resistente, sem um descontentamento em relação ao moderno que, por sua vez, não pode ser confundido com o capitalismo empresarial que dele se alimenta.

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 141.

<sup>39</sup> GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: \_\_\_\_\_. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34. 1992. p. 170.

<sup>40</sup> Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2004.

É a animação, os protestos, a turbulência, o trabalho, as invenções e a vida gerados pela multidão que empurra a megamáquina imperial para a constante reconfiguração de seus mecanismos de captura. O Império não pode deixar de ser uma reação ou uma contrainsurgência. A força ativa da multidão foi capaz de operar mudanças no comando capitalista, desarticulando as forças do imperialismo e empurrando o capital em direção ao formato imperial. Não é outro o sentido da frase de William Morris, escolhida como epígrafe da obra: “*Os homens [e mulheres] entram em batalhas e perdem, e aquilo pelo que lutaram torna-se realidade apesar da derrota*”. Apesar do sucesso do comando capitalista em manter-se de pé, foi-lhe inevitável tomar outra forma e ceder aos desejos de imanência, pluralidade e nomadismo da multidão.

\*

A revolução pela liberdade e dignidade na Tunísia, a Revolução das Panelas na Islândia, os ocupantes da Praça Tahrir no Egito, os indignados na Espanha, os insurgentes na Grécia, os moradores de Pinheirinho (SP), os ocupantes de *Wall Street*, a luta cypherpunk “nas fronteiras da nova internet”<sup>41</sup>, a tática black bloc ou as atuais lutas feministas são apenas alguns exemplos que não permitem que nos entreguemos à polaridade vazia que condena a escolher entre duas interpretações anêmicas: de um lado aquela que vê com saudosismo o evanescer das resistências modernas e ataca as lutas contemporâneas pela construção de novos espaços políticos ou subjetivos como se fossem vestígios impotentes da verdadeira potência crítica que residia na modernidade e, uma segunda interpretação, que celebra a chegada do pós-moderno como estado de plena liberdade e respeito às diferenças, no qual as resistências, a luta contra a exploração e mesmo a revolução seriam realidades anacrônicas desnecessárias.

Realizar a genealogia de um silêncio implica em reconhecer a inventividade das potências contestatórias. Se quisermos compreender a ação criativa das resistências hoje precisamos perceber que elas não são um complemento negativo do poder, mas constituem um vetor próprio, um traço do qual os poderes não conseguem livrar-se, com o qual eles entram em combate para constituir-se. As resistências traçam as linhas que o poder persegue e espreita, mas que, por outro lado, o ameaçam, o enfrentam e o recusam. As resistências não são secundárias, mas constituídas em seu contato

---

<sup>41</sup> ASSANGE, Julian, et al. *Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

incessante com o poder – estão encerradas em uma espécie de impossibilidade de escapar por completo, enquanto, ao mesmo tempo, recusam-se a participar inteiramente; por isso, muitas vezes, optam por perverter, desqualificar e deturpar, propondo incessantemente uma reorganização social. Os movimentos que impulsionaram a contestação dos elementos modernos e provocaram a emergência da atual condição pós-moderna não podem ser descritos sem levar em conta os deslocamentos promovidos pelas resistências.

Poder e resistência não são forças equivalentes, para distingui-los precisaríamos anunciar, recorrendo apressadamente a Nietzsche, que uma delas pende para a ação, a outra para a reação. O poder *tende* para a reatividade e seu funcionamento depende fortemente de um exercício de separação ou canalização das potências resistentes. O poder é essencialmente reativo; sua produtividade é antes um exercício de separação em relação a tudo aquilo que é ativo, afirmativo e criador de mundos. Por outro lado, se as resistências dificilmente são inevitavelmente afirmativas, *há uma linha que resiste por meio da afirmação*. É porque mulheres e homens “inventam e criam possibilidades que as relações de poder podem proceder por captura desta abertura”<sup>42</sup>. Talvez devêssemos inverter a fórmula de Foucault que diz “lá onde há poder, há resistência”<sup>43</sup> e sugerir, inversamente, que *onde há resistência, há poder*, para apontar o viés reativo que o poder tende a assumir e desapossá-lo das criações que ele meramente administra, enquanto, por outro lado, restituímos às resistências sua potência inventiva. Toda linha de resistência comporta essa ameaça virtual: inventar uma nova organização por contaminação, criação ou fuga.

## Referências

- AGAMBEN, G. *Estado de exceção*. Trad. Iraci Poletti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ASSANGE, J, *et al.* *Cyberpunks: liberdade e o futuro da internet*. Trad. Cristina Yamagami. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.
- ALTAMIRA, C. *Os marxismos do novo século*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ANDERSON, P. *As origens da pós-modernidade*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Z. *Vida para consumo: transformação das pessoas em mercadorias*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

---

<sup>42</sup> REVEL, Judith. *Resistências, subjetividades, o comum*. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110210120912Resist%C3%A2ncias%20subjetividades%20o%20comum%20-%20Judith%20Revel.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120912Resist%C3%A2ncias%20subjetividades%20o%20comum%20-%20Judith%20Revel.pdf). Acesso em 29/02/2013.

<sup>43</sup> FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 91.



- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*. Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GUATTARI, F. Restauração da cidade subjetiva. In: \_\_\_\_\_. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão São Paulo: Ed. 34. 1992.
- HABERMAS, J. Arquitetura moderna e pós-moderna. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 18, setembro de 1987.
- \_\_\_\_\_. Modernidade: um Projeto Inacabado. In: ARANTES, O. & ARANTES, P. (orgs). *Um Ponto Cego no Projeto Moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HARDT, M; NEGRI, A. *Commonweath*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Império*. Trad. Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1992.
- HUYSSSEN, A. Mapeando o pós-moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- JAMESON, F. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. In: *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, nº. 12, p. 16-26, junho de 1985.
- \_\_\_\_\_. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Trad. Maria Elisa Cevalco. São Paulo: Ática, 2004.
- LAZZARATO, M. *As revoluções do capitalismo*. Trad. Leonora Corsini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LYOTARD, J.-F. *A condição pós-moderna*. Trad. José Navarro. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- REVEL, J. *Resistências, subjetividades, o comum*. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/110210120912Resist%C3%A2ncias%20subjetividades%20o%20comum%20-%20Judith%20Revel.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110210120912Resist%C3%A2ncias%20subjetividades%20o%20comum%20-%20Judith%20Revel.pdf). Acesso em 29/02/2013.